



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2023100048 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da 10ª Vara Cível da Comarca da Capital, requisitando pagamento de honorários em favor de HEUDER ROMERO LIBERALINO DA NÓBREGA, pela perícia realizada no Processo nº 0821401-78.2019.8.15.2001, movido por MILTON JOSE DA COSTA, em face de MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.

Data da Autuação: 28/06/2023

Parte: 10ª Vara Cível / Joao Pessoa e outros(1)



28/06/2023

Número: **0821401-78.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **13/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.505,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MILTON JOSE DA COSTA (AUTOR)		HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO (ADVOGADO) MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)			
PERITO registrado(a) civilmente como HEUDER ROMERO LIBERALINO DA NOBREGA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
74050925	02/06/2023 13:01	Oficio (Outros)	Oficio (Outros)



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, Considerando que o(a) Senhor(a) **HEUDER ROMERO LIBERALINO DA NÓBREGA(perito)**, aceitou o encargo de Tradutor, Interprete **ou perito**, venho requerer que seja realizada a Reserva Orçamentária para suportar o encargo relativo a despesa decorrente dos serviços prestados nos autos adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte **[MARTINHO CUNHA MELO FILHO - CPF: 886.037.844-34 (ADVOGADO), MILTON JOSE DA COSTA - CPF: 018.668.814-85 (AUTOR), HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO - CPF: 054.074.014-44 (ADVOGADO), MAPFRE - CNPJ: 61.074.175/0001-38 (REU), PERITO registrado(a) civilmente como HEUDER ROMERO LIBERALINO DA NOBREGA - CPF: 759.709.294-68 (TERCEIRO INTERESSADO)]** é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho proferido à(s) id 21676524

1.1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial N° 0821401-78.2019.8.15.2001

1.1.2 Natureza da ação: **[Seguro]**

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: **10ª Vara Cível da Capital**

1.1.4 Autor (es): **MILTON JOSE DA COSTA - CPF: 018.668.814-85 (AUTOR)**

MAPFRE - CNPJ: 61.074.175/0001-38 (REU), PERITO registrado(a) civilmente como HEUDER ROMERO LIBERALINO DA NOBREGA - CPF: 759.709.294-68 (TERCEIRO INTERESSADO)]

1.1.5 Réu (s): **REU: MAPFRE**

1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (**X**) **Perícia**

1.1.7 Natureza dos honorários: () adiantamento – 30% (trinta por cento) (**x**) **Finais**

1.1.8 Valor arbitrado: R\$ 250,00(duzentos e cinquenta reais)

O valor máximo para pagamento dos honorários para confecção de “laudo pericial das condições estruturais de segurança e solidez de imóvel” de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), conforme Tabela I, Anexo I, da resolução 09/2017, por unidade habitacional, (17 dezessete), totalizando R\$ 6.290,00 (Seis mil duzentos e noventa reais)



1.2 DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: HEUDER ROMERO LIBERALINO DA NÓBREGA

1.2.3 Endereço: Av. Oceano Atlântico, 211, apt. 101, Intermares, Cabedelo, PB

Telefone (s): 83-991067512

1.2.4 CPF: 759709294-68

1.2.5. Banco do Brasil . Agência: 1885-6 CONTA CORRENTE: 5652-9

1.2.6 Inscrição INSS: NIT. ou 1.2.7 Inscrição PIS/PASEP 12686504449

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: CRM: 5050/PB

Nota: O prestador deve apresentar documento hábil que comprove sua quitação junto ao conselho.

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:

1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

João Pessoa (PB), em 30 de maio de 2023

RICARDO DA SILVA BRITO

Juiz(a) de Direito

Juliana Amorim Nunes
Técnico/analista Judiciário





28/06/2023

Número: **0821401-78.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **13/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.505,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MILTON JOSE DA COSTA (AUTOR)		HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO (ADVOGADO) MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)			
PERITO registrado(a) civilmente como HEUDER ROMERO LIBERALINO DA NOBREGA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
74050927	02/06/2023 13:01	Despacho (1)	Outros Documentos



30/05/2023

Número: **0821401-78.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **13/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.505,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MILTON JOSE DA COSTA (AUTOR)		HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)		MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO)	
PERITO registrado(a) civilmente como HEUDER ROMERO LIBERALINO DA NOBREGA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21676524	04/06/2019 18:41	Despacho	Despacho





Poder Judiciário da Paraíba
10ª Vara Cível de João Pessoa-PB
Av. João Machado, s/n, Centro, JOÃO PESSOA - PB

Nº do Processo: 0821401-78.2019.8.15.2001
Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assuntos: [SEGURO]
AUTOR: MILTON JOSÉ DA COSTA
RÉ: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o benefício da justiça gratuita em favor da parte autora, o que faço com fulcro no art. 98 do CPC.

A experiência tem demonstrado que, em casos como o presente, a seguradora ré não costuma firmar acordos antes da realização da perícia médica necessária ao deslinde do feito, o que torna a conciliação improvável, ao menos por ora. Assim, deixo de designar audiência de tentativa de conciliação prevista no art. 334 do CPC.

Cite-se, pois, a parte ré, pela via postal, para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar contestação, sob pena de ser considerada revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (art. 344 do CPC).

Apresentada defesa, intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecer impugnação.

João Pessoa, 04 de junho de 2019.

Ricardo da Silva Brito
Juiz de Direito



Assinado eletronicamente por: RICARDO DA SILVA BRITO - 04/06/2019 18:41:40
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19060418414011100000021058226>
Número do documento: 19060418414011100000021058226

Num. 21676524 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: RICARDO DA SILVA BRITO - 02/06/2023 13:01:22
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060213012156600000069790174>
Número do documento: 23060213012156600000069790174

Num. 74050927 - Pág. 2

Documento 2 página 3 assinado, do processo nº 2023100048, nos termos da Lei 11.419. ADME. 60646.18861.27343.41323-1
Júliana Amorim Nunes Costa [929.813.134-87] em 30/06/2023 11:12



28/06/2023

Número: **0821401-78.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **13/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.505,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MILTON JOSE DA COSTA (AUTOR)		HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO (ADVOGADO) MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)			
PERITO registrado(a) civilmente como HEUDER ROMERO LIBERALINO DA NOBREGA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
74050928	02/06/2023 13:01	Despacho (2)	Outros Documentos



30/05/2023

Número: **0821401-78.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **13/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.505,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MILTON JOSE DA COSTA (AUTOR)		HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO (ADVOGADO) MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)			
PERITO registrado(a) civilmente como HEUDER ROMERO LIBERALINO DA NOBREGA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42003427	19/08/2021 15:38	Despacho	Despacho





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DA CAPITAL

10ª VARA CÍVEL

DESPACHO

Vistos, etc.

Considerando a necessidade de realização de perícia judicial para fins de auferir o grau de debilidades sofridas pelo autor, nomeio o **Dr. Heuder Romero Liberalino da Nóbrega** para realização da perícia, devendo referido profissional ser intimado para tomar ciência de sua indicação, cujos honorários arbitro em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos termos do Convênio nº 015/2020, a serem suportados pela seguradora demandada, **que deverá efetuar o respectivo depósito, no prazo de 10 (dez) dias.**

Efetuada o depósito, intime-se o nomeado para dizer da aceitação do encargo (**informando-o, na oportunidade, que o valor referente aos honorários já estão depositados em juízo**) e, em caso positivo, designar dia, hora e local para realização da perícia, enviando-se-lhe os quesitos e intimando-se as partes através de seus advogados, por Nota de Foro, e o autor pessoalmente, através de mandado. Prazo para entrega do laudo: 20 (vinte) dias. Depositado o laudo em juízo, intuem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, sobre ele se manifestar.

Intuem-se as partes acerca da presente decisão, inclusive para os fins previstos no art. 465, §1º do CPC, bem assim a parte promovida para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o depósito dos honorários periciais.

João Pessoa, 19 de agosto de 2021.

Ricardo da Silva Brito
Juiz de Direito



Assinado eletronicamente por: RICARDO DA SILVA BRITO - 19/08/2021 15:38:52
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081915385219000000039977526>
Número do documento: 21081915385219000000039977526

Num. 42003427 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: RICARDO DA SILVA BRITO - 02/06/2023 13:01:22
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060213012226200000069790975>
Número do documento: 23060213012226200000069790975

Num. 74050928 - Pág. 2

Documento 3 assinado, do processo nº 2023100048, nos termos da Lei 11.419. ADME. 50646.18861.27343.41022-3
Júlia Ana Amorim Nunes Costa [929.813.134-87] em 30/06/2023 11:12



Número: **0821401-78.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **13/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.505,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MILTON JOSE DA COSTA (AUTOR)		HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO (ADVOGADO) MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)			
PERITO registrado(a) civilmente como HEUDER ROMERO LIBERALINO DA NOBREGA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
74050932	02/06/2023 13:01	Sentença	Decisão



30/05/2023

Número: **0821401-78.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **13/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.505,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MILTON JOSE DA COSTA (AUTOR)		HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)		MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO)	
PERITO registrado(a) civilmente como HEUDER ROMERO LIBERALINO DA NOBREGA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
65987925	13/11/2022 18:53	Sentença	Sentença





Poder Judiciário da Paraíba
10ª Vara Cível da Capital

PROCESSO Nº: 0821401-78.2019.8.15.2001

AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT

AUTOR: MILTON JOSÉ DA COSTA

RÉU: MAPFRE

SENTENÇA

EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO DE VALOR PROPORCIONAL À LESÃO. PRETENSO RECEBIMENTO DO TETO LIMITE ESTABELECIDO PARA O CASO DE INVALIDEZ TOTAL. DESCABIMENTO DIANTE DA INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 474 DO STJ. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA.

I- Segundo enunciado da Súmula 474 do STJ, “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez”.

II- Ressaindo dos autos que o valor pago administrativamente pela seguradora guarda total compatibilidade com o grau de lesão experimentado pelo autor, é de se julgar improcedente o pedido de pagamento do teto limite estabelecido para o caso de invalidez total

Vistos, etc.

MILTON JOSÉ DA COSTA, já qualificado nos autos, promove, por intermédio de causídicos devidamente habilitados, e sob os auspícios da justiça gratuita, **AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT** em face da **MAPFRE**, também qualificada, no afã de obter provimento judicial que venha condenar a demandada a efetuar o pagamento ao autor da quantia de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir expostos.



Assinado eletronicamente por: RICARDO DA SILVA BRITO - 13/11/2022 18:53:23
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22111318532330800000062344101>
Número do documento: 22111318532330800000062344101

Num. 65987925 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: RICARDO DA SILVA BRITO - 02/06/2023 13:01:23
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060213012289600000069790979>
Número do documento: 23060213012289600000069790979

Num. 74050932 - Pág. 2

Documento 4 página 3 assinado, do processo nº 2023100048, nos termos da Lei 11.419. ADME. 40646.18861.27343.41311-0
Júlia Ana Amorim Nunes Costa [929.813.134-87] em 30/06/2023 11:12

Aduz o demandante, em prol de sua pretensão, ter sido vítima de acidente automobilístico ocorrido em 27.11.2018, tendo, na oportunidade, sofrido lesão que culminou com sua invalidez permanente.

Informa que solicitou administrativamente o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, tendo recebido a quantia de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais).

Pede, alfm, a procedência do pedido, para que a demandada seja condenada a lhe pagar, a título de complementação de indenização do seguro DPVAT, o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Instruindo o pedido, vieram os documentos de Ids nº 21118647 a 21119100.

Devidamente citada, a demandada deixou transcorrer *in albis* o prazo da contestação (Id nº 31043810), tendo sido decretada sua revelia no despacho de Id nº 32887628.

Perícia médica realizada em 30.03.2022, cujo laudo restou juntado no Id nº 56620578.

Intimadas as partes para se manifestarem sobre o laudo pericial, apenas a parte promovente juntou manifestação (Id nº 61557757).

É o relatório.

Passo a decidir.

Trata-se de ação de cobrança visando ao recebimento do seguro obrigatório (DPVAT) decorrente de danos pessoais provocados por acidente automobilístico, instituído pela Lei Federal nº 6.194/74.

Com efeito, dispõe o art. 3º da Lei Federal nº 6.194/74, *in verbis*: “Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada.

É cediço que a Lei nº 11.482/2007 deu nova redação ao art. 3º da Lei de Regência, estabelecendo novo valor para indenização por invalidez permanente, qual seja, o *quantum* de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Por outro lado, não se pode olvidar que com o advento da Lei nº 11.945/2009, o pagamento de indenização do seguro DPVAT para os casos de invalidez do beneficiário passou a ser feito com estrita observância ao grau de lesão experimentado pelo segurado.



Assinado eletronicamente por: RICARDO DA SILVA BRITO - 13/11/2022 18:53:23
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22111318532330800000062344101>
Número do documento: 22111318532330800000062344101

Num. 65987925 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: RICARDO DA SILVA BRITO - 02/06/2023 13:01:23
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060213012289600000069790979>
Número do documento: 23060213012289600000069790979

Num. 74050932 - Pág. 3

Documento 4 página 4 assinado, do processo nº 2023100048, nos termos da Lei 11.419. ADME. 40646.18861.27343.41311-0
Júlia Ana Amorim Nunes Costa [929.813.134-87] em 30/06/2023 11:12

Em outras palavras, a quantificação das lesões passou a ser imprescindível para fixação do *quantum* relativo à indenização do seguro DPVAT, tanto é assim que o Colendo STJ editou a Súmula 474, que tem o seguinte enunciado: “A indenização do seguro DVPAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez”.

Os Tribunais de Justiça vêm adotando este mesmo parâmetro, consoante se vê do seguinte aresto.

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT-
INVALIDEZ PERMANENTE - AFERIÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ -
IMPRESINDIBILIDADE - QUANTIFICAÇÃO DA COBERTURA -
SÚMULA 474 STJ. - Em ação de cobrança de indenização do seguro
DPVAT, o prazo prescricional começa a fluir da data em que a parte autora
tem ciência inequívoca de sua invalidez. - **Em caso de invalidez parcial do
beneficiário, a indenização securitária será paga de forma proporcional
ao grau da invalidez (Súmula 474 STJ).**(TJ-MG - AC: 10702084436352001
MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 05/02/2014, Câmaras
Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 13/02/2014).

De início, importante destacar que deixando de contestar a lide no prazo legal, conforme certidão
hospedada no Id nº 31043810, a ré incorreu em revelia formal, tornando-se revel e confessa quanto às
matérias de fato deduzidas no pedido, passando a militar em prol destas, por conseguinte, a presunção
legal de existência e veracidade (art. 344 do CPC).

Ressalte-se, porém, que a *ficta confessio* não tem caráter absoluto, não dispensando o autor do ônus
da prova do fato constitutivo do seu direito, devendo, assim, ser apreciada no contexto probatório do
processo, à luz do princípio do livre convencimento motivado do juiz, a teor do seguinte precedente:

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE CARTÃO DE CRÉDITO.
PERÍODO DE JULHO DE 2013 A JUNHO DE 2014. REVELIA.
IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. REVELIA DA RÉ QUE NÃO CONDUZ
OBRIGATORIAMENTE À PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PRESUNÇÃO
RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS NARRADOS.
ENTENDIMENTO DO STJ DE QUE `a presunção de veracidade dos fatos
decorrente da revelia é relativa, uma vez que o julgador deve atentar-se para
os elementos probatórios dos autos, formando livremente a sua convicção,
para, só então, decidir pela procedência ou improcedência do pedido.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE NÃO COMPROVOU A RELAÇÃO
JURÍDICA EXISTENTE ENTRE ELA E A APELADA, NÃO
APRESENTANDO O CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO POR
ELES FIRMADO. APENAS FATURAS FORAM JUNTADAS.
DESPROVIMENTO DO RECURSO. (TJ-RJ - APL:
00081509520168190036, Relator: Des(a). NORMA SUELY FONSECA
QUINTES, Data de Julgamento: 13/08/2020, OITAVA CÂMARA CÍVEL,
Data de Publicação: 18/08/2020) (grifei).

In casu, verifica-se ser descabida a pretensão do autor no sentido de querer receber o valor
correspondente ao teto legal, pois tal entendimento colide diametralmente com a jurisprudência hodierna,
inclusive do próprio Colendo STJ.



Assinado eletronicamente por: RICARDO DA SILVA BRITO - 13/11/2022 18:53:23
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22111318532330800000062344101>
Número do documento: 22111318532330800000062344101

Num. 65987925 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: RICARDO DA SILVA BRITO - 02/06/2023 13:01:23
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060213012289600000069790979>
Número do documento: 23060213012289600000069790979

Num. 74050932 - Pág. 4

Documento 4 página 5 assinado, do processo nº 2023100048, nos termos da Lei 11.419. ADME. 40646.18861.27343.41311-0
Júlia Ana Amorim Nunes Costa [929.813.134-87] em 30/06/2023 11:12

Ora, de acordo com o laudo hospedado no Id nº 56620578, o autor, em decorrência do acidente automobilístico sofrido, ficou com invalidez permanente parcial incompleta em decorrência de limitação funcional do membro inferior direito, com grau de incapacidade na ordem de 10% (dez por cento).

No caso de perda anatômica ou funcional completa de um dos membros inferiores, o valor da indenização, segundo tabela anexa à Lei nº 11.945/09, será na ordem de 70% do teto previsto em lei, ou seja, 70% de R\$ 13.500,00 = R\$ 9.450,00, no entanto como a invalidez parcial incompleta do autor foi na ordem de 10% (dez por cento), o valor a ele devido será o correspondente a 10% de R\$ 9.450,00, ou seja, R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais).

Diante disso, conclui-se que não há se falar em direito a recebimento de valores, já que o valor recebido administrativamente pelo autor, qual seja, R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), foi equivalente ao que ele faria jus.

Por todo o exposto, **julgo improcedente** o pedido deduzido na inicial, extinguindo, por conseguinte, o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.

Condeno o autor no pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios, estes arbitrados, nos termos do art. 85, § 6º, do CPC, em 15% (quinze por cento) do valor atualizado da causa, cuja cobrança ficará suspensa, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC, haja vista ser o autor beneficiário da justiça gratuita.

O pagamento do valor dos honorários periciais deverá ser efetuado com recursos alocados no orçamento do Tribunal de Justiça da Paraíba, nos termos do art. 4º, § 2º, da Resolução 09/17, haja vista ser a parte autora beneficiária da justiça gratuita.

Expeça-se ofício ao TJPB para os devidos fins.

Com o depósito, expeça-se alvará de levantamento em favor do perito para recebimento da quantia.

Certificado o cumprimento dessas providências e o trânsito em julgado da sentença, e nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.

P.R.I.

João Pessoa (PB), 13 de novembro de 2022.

Ricardo da Silva Brito
Juiz de Direito



Assinado eletronicamente por: RICARDO DA SILVA BRITO - 13/11/2022 18:53:23
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22111318532330800000062344101>
Número do documento: 22111318532330800000062344101

Num. 65987925 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: RICARDO DA SILVA BRITO - 02/06/2023 13:01:23
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060213012289600000069790979>
Número do documento: 23060213012289600000069790979

Num. 74050932 - Pág. 5

Documento 4 página 6 assinado, do processo nº 2023100048, nos termos da Lei 11.419. ADME.40646.18861.27343.41311-0
Júlia Ana Amorim Nunes Costa [929.813.134-87] em 30/06/2023 11:12

08 jun 2022

JUNTADA DE CERTIDÃO

59499861 - Certidão

11:03

04 abr 2022

JUNTADA DE PETIÇÃO DE PETIÇÃO (3º INTERESSADO)

56620570 - Petição (3º Interessado) (Laudo pericial)

56620578 - Documento de Comprovação (0821401 78.2019)

20:24

17 mar 2022

JUNTADA DE AVISO DE RECEBIMENTO

55780275 - Aviso de Recebimento

55780286 - Aviso de Recebimento (AR Milton)

56620570 - Petição (3º Interessado) (Laudo pericial)

Juntado por HEUDER ROMERO LIBERALINO DA NOBREGA - OUTROS INTERESSADOS - JUS POSTULANDI em 04/04/2022 20:24:55

16 de 33

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

HEUDER ROMERO LIBERALINO DA NÓBREGA, médico ortopedista inscrito no CRM/PB sob o no. 5050, ora nomeado perito nos autos da presente Ação Judicial, vem à presença de V. Exa., informar o comparecimento da parte autora na data designada e **APRESENTAR O LAUDO PERICIAL que segue em anexo** e, ao mesmo tempo, **REQUERER O PAGAMENTO** dos seus honorários médicos decorrentes do exame médico pericial realizado nestes autos, a ser efetuado através seguinte conta:

BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA: 1885-6

CONTA CORRENTE: 5652-9

FAVORITOS

LEMBRETES

- 56620570 - Petição (3º Interessado) (Laudo pericial)
- 56620578 - Documento de Comprovação (0821401 78.2019)

0821401-78.2019

**AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO**

[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/8/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo:

CPF:

Endereço completo:

Milton Jose da Costa
018-668-8121-85
R= Silvânia Carolina Moreira
187 - Jd. Paulo Filho Jd. Pôrto

Informações do acidente

Local:

Data do Acidente:

Ermo Seisel - SP - PB
27/11/2018

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº _____, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na _____ Vara Cível ou JEC da Comarca de _____ - (____), estando ciente que a referida prova médico-legal será anexada aos autos, para fins de prova documental, nos termos dos artigos 397 e 427 do CPC.

Milton Jose da Costa
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Membro inferior direito (MID)

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Tratamento cirúrgico de fratura exposta de fíbula direita

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

limitação de mobilidade do M.D.C.
deformidade residual em perna D

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de danos anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no Instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

b) ☒ Parcial

(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

M.D.C.

☒ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

LP

30/03/2022

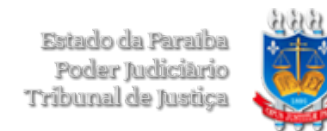
Assinatura do médico - CRM

Dr. Heuder Romero L. Nobrega
Ortopedia/Traumatologia
CRM-PB 50504 TEOT 6511



Página Inicial ▶ Peritos
(/sighop/index.jsf)

Ajuda ? (http://suporte.tjpb.jus.br)



Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: *

Heuder Romero Liberalino da Nóbrega

Data nascimento: *

19/05/1971

Sexo: *

Masculino



Alterar foto

Nome Social:

CPF: *

759.709.294-68

Identidade: *

1325646 _____

Órgão: *

ssp

INSS/PIS/PASEP: *

12686504449

Tipo: *

INSS

Escolaridade: *

Graduação

Nome da mãe: *

Alian de Souza Nóbrega

Nome do pai:

Heráclito Liberalino da Nóbrega

Email: *

heuder.nobrega@hotmail.com

Telefone: *

(83) 99106-7512

☐ Tornar dados de contato públicos

Municípios de atuação: *

Água Branca

Aguiar

Alagoa Grande

Alagoa Nova

Alagoinha

Alcantil

Algodão de Jandaíra

Alhandra

Profissão *

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Médico	Ortopedia e Traumatologia	5050	<div><div></div><div></div></div>

Adicionar profissão

Endereço *

CEP *

58102-252

☐ Não sei o CEP

Estado *

Paraíba (PB)

Município / Localidade *

Cabedelo

Bairro ?

Intermares

Logradouro *

R. Oceano Atlântico

Número * ?

211

Complemento

apt. 101. Edif. Ocean Blue

Arquivos comprobatórios *

Arquivo	Remover
Comprovante de Residência	<div></div>
CRM	<div></div>
Diploma	<div></div>
Diploma	<div></div>

Dados bancários

Banco: *

Banco do Brasil S.A.

Agência: *




18856

Conta: *

56529

Tipo conta: *

Corrente

Arquivo	Remover
Identidade e CRM	
INSS	
SBOT	

Anexar arquivo

Gravar cadastro



Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.100.048

Requerente: Juízo da 10ª Vara Cível da Comarca da Capital

Interessado: Heuder Romero Liberalino da Nóbrega - Perito Médico -
heuder.nobrega@hotmail.com

Trata-se de requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), em favor do Perito Médico, Heuder Romero Liberalino da Nóbrega, CPF 759.709.294-68, PIS/PASEP 12686504449, nascido em 19/05/1971, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0821401-78.2019.8.15.2001, movida por MILTON JOSE DA COSTA, CPF 018.668.814-85, em face de MAPFRE, CNPJ 61.074.175/0001-38, perante o Juízo da 10ª Vara Cível desta Comarca da Capital.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 de março de 2021, disciplinou no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, 3, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Laudo pericial anexado às fls. 17/19 dos presentes autos.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal - SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito médico Heuder Romero Liberalino da Nóbrega se encontra ativo.

Analisando atentamente os autos do processo em referência, foi possível constatar: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que, CASO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), em favor do Perito Médico, Heuder Romero Liberalino da Nóbrega, CPF 759.709.294-68, PIS/PASEP 12686504449, nascido em 19/05/1971, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0821401-78.2019.8.15.2001, movida por MILTON JOSE DA COSTA, CPF 018.668.814-85, em face de MAPFRE, CNPJ 61.074.175/0001-38, perante o Juízo da 10ª Vara Cível desta Comarca da Capital.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 30 de junho de 2023.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



30/06/2023

Número: **0821401-78.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **13/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.505,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MILTON JOSE DA COSTA (AUTOR)		HERIKA COELI DA SILVA CLEMENTINO (ADVOGADO) MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)			
PERITO registrado(a) civilmente como HEUDER ROMERO LIBERALINO DA NOBREGA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75457 606	30/06/2023 13:15	Comunicações	Comunicações

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.100.048 - referente a requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), em favor do Perito Médico, Heuder Romero Liberalino da Nóbrega, CPF 759.709.294-68, PIS/PASEP 12686504449 , nascido em 19/05/1971, pela realização de perícia nos autos da Ação em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial

